

O TRABALHO RECENTE SOBRE A CONTROVÉRSIA INTERNISMO- EXTERNISMO*

Laurence Bonjour

Tradução de Luiz Helvécio Marques Segundo

Embora o debate internismo-externismo tenha permanecido o principal foco da discussão epistemológica durante a última dúzia de anos ou mais, não é nada claro que algum progresso real rumo a uma solução tenha sido feito. Embora novos argumentos tenham sido aduzidos (a maioria em grande parte por Alvin Goldman: veja abaixo), tanto a definição das principais posições quanto a importância última da disputa parecem agora, se é que parecem, menos claros do que anteriormente pareciam. Como é atterradoramente frequente na filosofia, uma questão que inicialmente parecia clara e bem definida parece às vezes simplesmente se dissolver sob minucioso escrutínio.

Focar-me-ei, no espaço limitado que aqui tenho, em três tópicos centrais sob pena de nada dizer sobre muitas outras questões interessantes.¹ Começarei (§1) com uma discussão da principal distinção entre o internismo e o externismo. Depois (§2), discutirei alguns dos argumentos relevantes, focando-me principalmente na alegação recente de Goldman de ter demolido o internismo. Passo então (§3) à discussão da importância mais ampla da questão, tentando determinar em que medida as duas perspectivas são genuinamente rivais, e que escolha tem de ser feita.

§1. O que é o internismo?

Suporei aqui que o *internismo* é a perspectiva que principalmente precisa de clarificação, sendo o *externismo* definido simplesmente como a negação do internismo. A primeira pergunta que precisa ser respondida diz respeito à principal aplicação desse termo: parece claro que é aplicado a abordagens de algum conceito epistêmico, mas a qual primariamente? Aqui, as principais alternativas, aparentemente, são o próprio conceito de conhecimento, o conceito de garantia, e o conceito de justificação epistêmica.

* “Recent Work on the Internalism-Externalism Controversy”, in *A Companion to Epistemology*, eds. Jonathan Dancy, Ernest Sosa e Mathias Steup. Blackwell, 2010, pp. 33-43.

¹ Devo mencionar em particular a defesa naturalisticamente orientada do externismo de Hilary Kornblith em seu 2002. Para uma discussão crítica, veja Bonjour 2006.

Não há dúvida de que o rótulo “internismo” (ou o rótulo contrastante “externismo”) pode ser aplicado a abordagens ao conhecimento; mas parece claro que, se vamos usá-los para marcar uma distinção interessante aqui, isso tem de ser em virtude deles se ligarem a algum elemento ou ingrediente mais restrito do conhecimento, presumivelmente ou à garantia ou à justificação – sendo que os outros ingredientes plausíveis do conhecimento, nomeadamente a crença, a verdade e alguma condição anti-Gettier parecem cada um deles se enquadrar claramente ou no internismo (a crença) ou no externismo (os outros dois). Michael Bergman sugeriu que a noção de internismo deveria ser considerada como pertencendo primariamente à *garantia*, entendida (no sentido técnico introduzido por Plantinga²) como seja o que for que se adicione à crença verdadeira para produzir conhecimento;³ mas além dessa inclusão da condição anti-Gettier obviamente externa, essa noção de garantia me parece altamente artificial, correspondendo a nada no pensamento comum, e tornando os principais argumentos intuitivos difíceis ou impossíveis de se avaliar. Por essas razões, seguirei inicialmente a maior parte da bibliografia tomando a noção de internismo e da distinção resultante como se aplicando primariamente às abordagens da *justificação epistêmica*, aceita por enquanto com uma das exigências para o conhecimento (junto com a crença, a verdade, e a condição anti-Gettier) – embora eu vá (no §3) discutir algumas razões para se duvidar do quão satisfatória é de fato essa concepção.

O que significa, então, dizer que uma abordagem da justificação é internista em caráter? O que exatamente supomos como *interno* ao quê? Num respeitado manual introdutório, Mathias Steup oferece a seguinte caracterização:

O que torna uma abordagem da justificação internista é que ela impõe certa condição àqueles fatores que determinam se uma crença é justificada. [...] A condição requer [que tais fatores] sejam *internos à mente do sujeito* ou, pondo de outro modo, *acessível à reflexão*.⁴

Temos aqui aquelas que claramente são as duas principais alternativas nas discussões recentes sobre uma abordagem ao internismo,⁵ alternativas que parecem de fato distintas.⁶ De acordo

² Veja Plantinga, 1993, p. 3.

³ Bergmann, 1997.

⁴ Steup, 1996, p. 84.

⁵ Abordagens próximas aparecem, *e.g.*, em Fumerton, 1995, pp. 60-66 (embora Fumerton também mencione duas outras versões de internismo); e em Conee e Feldman, 2004, p. 55.

⁶ Steup tenta reconciliá-las dizendo que “a expressão ‘acessível à reflexão’ pode ser tomada como uma elaboração de como a expressão ‘interno à mente’ tem de ser entendida” (Steup, 1996, p. 85), mas isso parece claramente insatisfatório por razões que emergirão mais tarde em minha discussão.

com a primeira, à qual Conee e Feldman (talvez seus principais proponentes) adotaram o rótulo “mentalismo”, uma abordagem é internista apenas no caso em que recorre apenas a coisas que são “internas à vida mental da pessoa”, a “estados, eventos e condições mentais ocorrentes e disposicionais”.⁷ De acordo com a segunda, que é mais comumente referida com “internismo acessibilista”, uma abordagem internista é aquela de acordo com a qual os “fatores” justificativos – todos eles, de acordo com a maioria das versões comuns – têm de ser “acessíveis” à pessoa, num sentido em que é preciso pelo menos alguma clarificação. Vale a pena notar que a base para a concepção mentalista do internismo parece ser, surpreendentemente, metafísica em caráter; ao passo que, em contraste, a base para a concepção internista acessibilista é reconhecidamente epistemológica.⁸

Qual dessas duas perspectivas melhor capta a ideia intuitiva central do internismo? Ao pensar sobre essa questão será útil ter em mãos uma amostra da perspectiva *externista* da justificação epistêmica para servir como ponto dialético, pois certamente é um bom teste para uma abordagem internista que ela possa dar um tratamento claro daquilo que supostamente falta às perspectivas externistas. A escolha óbvia para esse propósito, e de fato a única perspectiva externista específica que será discutida, é o *fiabilismo*: a perspectiva de que uma crença é epistemicamente justificada se resulta de um processo cognitivo que é (suficientemente) fiável em produzir crenças verdadeiras.⁹ Argumentarei que o mentalismo faz um trabalho insatisfatório em captar o contraste pretendido com tal perspectiva externista e, que, por essa razão, o internismo acessibilista é preferível.¹⁰

Há dois aspectos dessa razão. A primeira é que há exemplos possíveis de estados e processos mentais que não parecem produzir o tipo de justificação internista que seria contrastado da maneira correta com o fiabilismo. Considere, por exemplo, a ideia bastante aceita de estados mentais *inconscientes*, estados que presumivelmente poderiam ser combinados com processos

⁷ Conee e Feldman, “Internalism Defended”, em Conee e Feldman, 2004, pp. 55-56. Na formulação preferida deles, a tese internista é a de que a justificação epistêmica sobrevém a itens desse tipo.

⁸ Embora me foque quase que inteiramente nessas duas concepções de internismo, elas não são as únicas a serem encontradas na bibliografia. É razoavelmente claro, porém, que são as mais proeminentes e geralmente aceitas.

⁹ O criador e principal proponente do fiabilismo é, certamente, Alvin Goldman. Veja *inter alia* Goldman, 1986.

¹⁰ A razão inicial de Conee e Feldman para adotar o mentalismo como abordagem ao internismo é que “ele se aproxima bastante das distinções [entre internismo e externismo] na sua contraparte na filosofia da mente e na ética” (Conee e Feldman, 2004, p. 57): as posições “internistas” nessas outras áreas são teses da sobrevida, e a formulação preferida de Conee e Feldman do mentalismo, como notado acima, sustenta que o estatuto justificacional é sobreveniente aos estados mentais. Mas essa razão obviamente não tem uma tendência real de mostrar que a mentalismo assim entendido é o melhor modo de capturar a distinção epistemológica que nos interessa: que há um paralelo significativo entre a epistemologia e essas outras áreas não é obviamente algo que possa ser aceito antes que uma abordagem epistemologicamente adequada seja oferecida.

mentais inconscientes. Não há razão aparente pela qual esses estados ou processos mentais não poderiam de algum modo tornar provável a verdade de uma crença particular, e nem pela qual eles poderiam não contribuir causalmente para se sustentar tal crença. Esse seria um tipo de processo cognitivo fiável, um processo que difere daqueles (tais como os processos perceptuais mais comumente citados pelos fiabilistas) apenas por serem inteiramente “internos” à mente. Mas por que esse fato metafísico deveria ter qualquer importância epistemológica, dado que em ambos os casos a razão a favor da crença que está disponível na situação não é uma razão cuja pessoa em questão normalmente estará ciente? Essa é uma queixa internista comum ao fiabilismo, mas parece também se aplicar à justificação internista (de acordo com o mentalismo) anteriormente descrita. Um tipo diferente de exemplo, que trata do mesmo ponto, é uma justificação que apela a algum tipo de propriedade do estado mental de uma pessoa – talvez a coerência de todo o seu sistema de crenças – que seja demasiado complexa e multifacetada para a pessoa ser sempre capaz de apreender refletivamente que foi obtida. Novamente, embora uma crença que resulte da presença de tal propriedade pudesse ser fiavelmente causada, é difícil ver por que uma justificação que apela a esse tipo de situação inteiramente mental deveria contar como internista de modo que as justificações fiabilistas comuns não: uma vez mais, há uma diferença metafísica, mas uma diferença que parece não ter importância epistemológica óbvia.

O outro lado da moeda é a possibilidade de elementos *externos* à mente mas que são, não obstante, capazes de serem diretamente apreendidos de uma maneira que lhes permita desempenhar um papel justificativo, um papel que contraste com uma justificação fiabilista típica naquilo que intuitivamente parece ser o modo correto. As teorias da percepção realistas diretas sustentam que os objetos materiais são capazes de serem apreendidos diretamente de uma maneira que permite que a sua presença na percepção justifique as crenças correspondentes. E muitas abordagens racionalistas da justificação *a priori* sustentam que entidades como universais, entidades matemáticas e conexões lógicas podem ser direta ou intuitivamente apreendidas e, por isso, desempenham um papel na justificação das afirmações *a priori*. Em ambos os casos há entidades mentais envolvidas, mas a suposta justificação parece envolver essencialmente a relação de tais estados com essas entidades não-mentais, de modo que as entidades não-mentais desempenham um papel indispensável.¹¹ Certamente que ambas as perspectivas foram seriamente criticadas, e meu próprio ponto de vista é que a

¹¹ Estou em débito aqui com uma valorosa discussão em Fumerton, 1995, pp. 60-62.

primeira está errada. Mas na verdade nenhuma delas está tão obviamente errada a ponto de ser completamente ignorada de maneira razoável. O ponto é então que em cada caso a justificação, embora recorra a entidades *não-mentais*, parece contrastar com a justificação fiabilista exatamente na maneira correta epistemologicamente significativa: a base para a justificação é aquela em que a pessoa é capaz de (i) apreender refletidamente e (ii) avaliar criticamente, e são essas as características, concedo, que tornam plausível classificá-la como internista em caráter.¹²

Sugiro, então, que a abordagem correta do internismo é no fim das contas o internismo acessibilista: o que principalmente importa não é o estatuto metafísico de um elemento ou fator justificativo, mas ao invés a sua *disponibilidade* à pessoa como uma *razão* (ou a base para uma razão) para se aceitar uma crença particular, uma razão que ela esteja então em posição de avaliar criticamente – pois é a falta dessas características que fazem uma justificação fiabilista típica parecerem insatisfatórias de acordo com as intuições reconhecidamente internistas. Isso é dizer que o tipo relevante de internalidade é *ser interno à perspectiva cognitiva de primeira pessoa de alguém*, no qual ser interno à sua mente num sentido metafísico é claramente não suficiente e defensavelmente não necessário.

Esse modo de entender o internismo tem dois corolários. Um, que, com efeito, temos pressuposto até agora, mas que às vezes é rejeitado,¹³ é que apenas uma perspectiva de acordo com a qual *todos* os elementos exigidos para se fornecer uma razão cogente para a crença em questão são apropriadamente acessíveis pode satisfazer a intuição internista fundamental. Somente se for assim é que a pessoa genuinamente *tem* uma razão, como oposta a meramente parte de uma razão, para a crença, uma razão que pudesse parecer justificar refletidamente a crença e que estivesse disponível para a avaliação crítica. E uma perspectiva externista será, então, aquela que permite que algum elemento que seja essencial à cogência de uma razão justificativa esteja fora da, externo a, perspectiva cognitiva da pessoa. É o fato de que isso é claramente possível para o fiabilismo que o torna uma perspectiva externista.

¹² Outro exemplo seria a posição de G. E. Moore de que os dados dos sentidos, embora objetos da experiência direta e, por isso, aparentemente capazes de contribuir para a justificação, são eles próprios não-mentais em caráter – uma tese que é surpreendentemente plausível em pelo menos algumas concepções dos dados dos sentidos e daquilo que conta com mental. Veja Moore, 1922, pp. 1-30.

¹³ E.g. por Bergmann, 1997.

O outro corolário, que foi ainda mais desafiado, é que a “acessibilidade” dos fatores ou elementos justificativos têm de ser entendidos de maneira bastante forte. Parte desse desafio já fora feito na insistência de Steup e outros sobre a acessibilidade *reflexiva*: ter acesso à referência útil ou a uma situação perceptível que pudesse fornecer uma razão não torna essas razões internamente acessíveis da maneira correta, uma vez que até que eu faça aquilo que é exigido para usá-las, não tenho *efetivamente* a razão em questão. Mas do mesmo modo (e eis outro problema com o mentalismo) o fato de que uma base para uma razão de algum modo escondida em minha experiência perceptiva, ou no sistema de crenças, ou em outros conteúdos mentais de um modo inteiramente desapercibido também não parece me fornecer uma razão apropriadamente internista para a crença correspondente (novamente, a coerência irreconhecida do meu sistema de crenças completo é um bom exemplo): até que eu faça aquilo que é necessário para isolar os ingredientes de tal razão e juntá-los de maneira apropriada, novamente não *tenho* efetivamente a razão em questão e, obviamente, não estou em posição de avaliá-la criticamente. Não quero aqui insistir que tudo isso tem de ser feito de maneira explícita e completamente manifesta, embora de um ponto de vista estritamente epistemológico isso seja obviamente ideal. Mas algum tipo de consciência tácita ou implícita daquilo que está envolvido é exigida se tenho que ter uma razão efetiva ao invés de uma razão meramente potencial. E uma razão meramente potencial não difere de uma justificação fiabilista na maneira correta: qualquer justificação fiabilista individual é uma justificação que as pessoas pelo menos em princípio poderiam se tornar explicitamente cientes dela, e o mero fato de que tal consciência é mais fácil de alcançar num caso do que no outro não parece em si fazer uma diferença epistemológica na justificação da crença na situação em que tal consciência ainda não foi alcançada.

§ 2. Argumentos recentes

Passando aos argumentos a favor e contra essa concepção de internismo e a concepção correlata de externismo, quero primeiro considerar alguns argumentos que se tornaram padrão em cada lado (focando-me novamente inteiramente nas versões fiabilistas do externismo), mas que pouco precisa ser dito num exame dos desenvolvimentos recentes. Do lado internista temos: (1) o apelo a casos do gênio maligno cartesiano e similares a fim de mostrar que a fiabilidade não é *necessária* para a justificação; (2) o apelo a exemplos de clarividência e similares a fim de mostrar que a fiabilidade não é suficiente para a justificação; e (3) a

objeção ao fiabilismo que deriva do problema de se escolher a especificação geral relevante para determinar a fiabilidade de um processo cognitivo específico (“o problema da generalidade”). Do lado externista temos: (1) o argumento de que sujeitos epistêmicos não sofisticados têm crenças justificadas e conhecimento, muito embora eles não satisfaçam as exigências de qualquer abordagem internista plausível; e (2) o argumento de que o internismo conduz inevitavelmente ao ceticismo.¹⁴ Fora os argumentos mais específicos de Goldman, considerados abaixo, alguns dos quais equivalem a elaborações mais específicas do argumento externista (2), tem havido relativamente pouca coisa nova na discussão desses argumentos no período aqui examinado. Um ponto que merece ser mencionado, porém, é que continua a não haver sequer uma aproximação à solução do problema da generalidade, o que fortemente me faz pensar que simplesmente não há solução a ser encontrada – e, por conseguinte, que a principal perspectiva externista, no fim da contas, não pode sequer ser formulada claramente.¹⁵

Focar-me-ei aqui quase que inteiramente naquela que certamente é a contribuição mais substancial ao panorama argumentativo nessa área no período relevante, a saber, a extensa e, na opinião do autor, completamente devastadora crítica de Goldman ao internismo em seu artigo “Internalism Exposed”.¹⁶ Nesse artigo, Goldman argumenta que tanto o internismo quanto os principais argumentos a seu favor, quando cuidadosamente examinados, estão “cheios de problemas”. Ele conclui: “Não vejo esperanças para o internismo; ele não sobrevive à ribalta” (p. 293).

Na verdade, há muitos aspectos da discussão de Goldman que são seriamente problemáticos. Embora ele comece com o que parece ser uma formulação do internismo acessibilista, a sua discussão, contudo, frequentemente parece pressupor o mentalismo, aparentemente sem se aperceber das diferenças entre essas perspectivas. A sua concepção da razão básica a favor do internismo em termos daquilo que ele chama de “concepção de orientação deontológica da justificação”, embora inegavelmente reflita algo que alguns internistas tenham dito, parece-me não captar a intuição internista central. E as versões específicas do internismo que ele

¹⁴ Para uma discussão mais detalhada desses argumentos, veja BonJour, 2002.

¹⁵ Para uma excelente discussão desse problema, veja Conee e Feldman, “The Generality Problem for Reliabilism”, em Conee e Feldman, 2004, pp. 135-165. A tentativa recente melhor desenvolvida e mais extensa de resolver o problema é de longe a de William Alston, no capítulo 6 de seu 2005. Contrário a alegação de Alston, não estou convencido de que ele tenha sido bem sucedido em resolver o problema, mas há pouca dúvida de que a sua discussão é o ponto de partida para qualquer tentativa futura nessa direção.

¹⁶ Goldman 1999. As referências entre parênteses nesta seção serão das páginas desse artigo.

formula ao longo do artigo não correspondem muito bem a algumas das idéias que os internistas reais sempre defenderam. Parece-me que tudo isso dá um caráter de certo modo espantalhesco a uma boa parte de sua discussão.¹⁷ Na presente discussão, porém, tratarei primariamente de alguns dos problemas mais específicos que Goldman levanta para o internismo. Não penso que quaisquer desses argumentos apóiem a conclusão de Goldman de que o internismo é fundamentalmente insustentável. Mas levantam problemas que uma perspectiva internista precisa tratar, problemas que podem de fato contribuir de maneira importante para refinar e clarificar a posição internista.

Considere primeiro aquilo que Goldman de “o problema das crenças estocadas”:

[...] Num dado momento a vasta maioria das crenças de uma pessoa estão estocadas na memória ao invés de serem ocorrentes ou estarem ativas [...] Ademais, para quase todas essas crenças o estado consciente dessa pessoa nesse momento nada inclui que as justifique. Nenhuma experiência perceptiva, nenhum evento de memória consciente, e nenhuma premissas conscientemente levadas em conta no momento selecionado serão justificacionalmente suficientes para tal crença. De acordo com o internismo forte, então, nenhuma dessas crenças está justificada naquele momento. (p. 278) (“Internismo forte” aqui é a perspectiva de que apenas fatos sobre os estados conscientes de um agente num momento particular podem justificar suas crenças naquele momento.)

De fato, o principal problema com o qual Goldman parece estar preocupado aqui, na verdade, não se limita como tal às crenças estocadas, mas tem a ver ao invés com o problema de se *num dado momento* pode haver conscientemente uma base adequada na mente que justifique praticamente qualquer crença que se possa escolher, esteja estocada ou não. Mas, embora alguns internistas tenham talvez aceitado tolamente a limitação ao que está disponível no momento (por mais extensa que seja!), não há, sugiro, qualquer coisa acerca da base internista que requeira de algum modo tal perspectiva quixotesca. O que está diretamente disponível a partir da perspectiva epistêmica em primeira pessoa não deixa de estar disponível ou se torna de algum modo externo em caráter só porque tem de ser reunido, revisto e examinado a todo momento. Na verdade, uma razão justificativa ou argumento cujos elementos foram reunidos ao longo do tempo têm ainda de ser apreendidos de algum modo como um todo unificado

¹⁷ Para alguma elaboração desses pontos, veja BonJour 2001. Esse artigo também contém uma discussão mais completa dos argumentos de Goldman do que é possível aqui, e é dele que tirei algum do material da presente discussão. (Para outras consideração internistas dos argumentos de Goldman bastante diferente, veja Earl Conee e Richard Feldman, “Internalism Defended”, em Conee e Feldman 2004, pp. 53-82).

com a ajuda da memória e talvez de registros escritos. Mas não há razão pela qual essa apreensão tenha de ser *momentânea*. Assim, a primeira objeção não é forte o bastante contra formas razoáveis de internismo.¹⁸

A segunda objeção que pretendo discutir é aquela a que Goldman chama “o problema dos indícios esquecidos”. Ela diz respeito aos casos em que a pessoa em questão simplesmente esqueceu-se da base indiciária sobre a qual uma crença foi originalmente aceita, mas ainda mantém tal crença. Assim, em seu exemplo, Sally leu, na seção de ciência do *New York Times* (que podemos aceitar como sendo uma fonte altamente fiável), um artigo sobre os benefícios à saúde de se comer brócolis e formou a crença correspondente. Ele ainda tem a crença, porém esqueceu-se como a adquiriu. Assim, ela parece não ter disponível uma justificação apropriadamente internista, embora, de acordo com Goldman, a sua crença ainda seja justificada (p. 280).¹⁹

Na verdade, se Sally tem uma razão internista a favor de sua crença, e o quão forte ela é, dependerá de outros detalhes do caso, alguns deles bastante sutis. Uma questão é se Sally tem boas razões para pensar que ela é geralmente cuidadosa com as fontes pelas quais ela aceita suas crenças – ou talvez apenas as crenças sustentadas com o grau de segurança com o qual ela sustente essa crença. Outra questão é se Sally *acredita* que adquire a crença de uma fonte fiável, ainda que não possa se lembrar qual é, e se tem razões para pensar que tanto seus juízos sobre a fiabilidade das fontes quanto as suas memórias são fiáveis. Uma terceira questão é se Sally pode se lembrar de vários tipos de detalhes que ampliam e reforçam a crença em questão: os detalhes sobre os modos específicos em que o brócolis leva a uma boa saúde e sobre como ele produz esses efeitos, ainda que as memórias desses detalhes sejam também crenças cujas bases justificativas originais ela não se lembra. Sally poderia muito bem ter boas razões internistas para pensar que as crenças pelas quais ela pode se lembrar dos detalhes desses tipos muito provavelmente foram derivadas de uma fonte fiável e talvez

¹⁸ Para ser sincero, há um problema próximo para *algumas* posições internistas. Reflete-se naquilo que Goldman chama “o problema da recuperação simultânea”, que é, como ele sugere, particularmente um problema para as razões ou argumentos justificativos característicos do coerentismo holista: é duvidoso que uma razão que dependa da coerência de todo o sistema de crenças de alguém ou mesmo de um subsistema muito amplo seja capaz de ser reunida e compreendida adequadamente com a ajuda da memória e registros escritos.

¹⁹ E, se verdadeiro, esse caso constitui uma instância de conhecimento. Não vejo razão para um internista negar que haja um sentido ou uso de “conhecimento” no qual a crença de Sally conte como conhecimento (muito provavelmente, junto de outros sentidos em que não conta, e ainda outros nos quais o resultado é, de longe, incerto). Às vezes os epistemólogos parecem falar do *conhecimento* como se fosse uma bandeira que se esteja permitido balançar, ou mesmo um emblema que se possa vestir, e não tenho objeções a Sally balançar a bandeira do conhecimento, se ele assim o quiser (ou a alguém mais que queira).

também muito provavelmente acuradamente lembradas. Com base em algumas, ou todas essas respostas, Sally poderia ter os recursos para uma razão internista a favor de uma crença principal, cuja força obviamente variaria com os detalhes. Admitidamente, essas justificações provavelmente não são tão fortes quando as que ela teria no momento em que lia o artigo original, mas esse parece exatamente o resultado correto e de modo algum implausível.

Uma alegada terceira objeção surge do “problema do intervalo da decisão doxástica”. Goldman argumenta que as supostas variedades de internismo que permitem o apelo apenas a estados mentais conscientes (sejam ocorrentes ou estocados na memória) têm de ser expandidas a fim de permitir o acesso às relações lógicas ou probabilísticas, e propõe que isso seja feito permitindo-se que algumas das “propriedades formais dos estados mentais, isto é, as propriedades formais e matemáticas de seus conteúdos” contem como parte da base para as justificações ou razões internistas, embora insista que deveriam se restringir àquelas razões que “são conhecíveis pelo agente no momento da decisão doxástica” através do emprego de uma gama de “relações computacionais ou algoritmos” (pp. 282-3). O problema é então quanto tempo deveria ser permitido a tais computações, um problema que é agravado, de acordo com Goldman, pela preocupação de que os estados mentais de um agente poderiam mudar durante o intervalo permitido de tal modo que afeta a justificação da proposição em questão (pp. 283-4).

Mas esse modo de formular o suposto problema me parece errado de diversos modos. Como já vimos, nada há sobre a base a favor do internismo que limite os fatores ou elementos justificativos relevantes aos estados mentais. Se as propriedades ou relações lógicas são diretamente acessíveis via raciocínio *a priori*, então podem também desempenhar um papel justificativo internista. Além do mais, embora essa seja uma questão mais discutível, não vejo qualquer razão para se limitar as propriedades e relações em questão àquelas que são *formais* num sentido interessante – ou, menos ainda, àquelas que são conhecidas via “procedimentos computacionais ou algoritmos”.²⁰

Mais importante, a ideia de um “intervalo de decisão” fixo dentro do qual as propriedades lógicas e probabilísticas elegíveis têm de ser determinadas, embora ainda exclua a

²⁰ As pessoas de fato raramente fazem uso de procedimentos desse tipo para decidir questões lógicas como opostas a questões matemáticas. Certamente a imagem que Goldman evoca a certa altura de um aspirante a coerentista tentando estabelecer a consistência de seu conjunto de crenças usando uma tabela de verdade muito longa não é uma perspectiva plausível das operações cognitivas reais de *alguém*.

possibilidade de uma mudança mental significativa, é artificial ao extremo. Obviamente que mudanças de vários tipos nos estados mentais de alguém podem afetar questões de justificação internista, mas isso, tanto quanto posso ver, não tem qualquer conexão essencial com a questão sobre as propriedades e relações conhecíveis *a priori* a que podemos recorrer. O comportamento de tais mudanças mentais na justificação é simplesmente uma questão independente, e não vejo razão pela qual as duas têm de ser tratadas conjuntamente da maneira que Goldman sugere.²¹

Um quarto problema, e de certo modo relacionado, é “o problema da disponibilidade”. Embora Goldman apresente a questão em relação ao suposto conjunto de operações computacionais cujos resultados são elegíveis pela inclusão de justificações ou razões internistas (p. 285), penso que, por razões já suficientemente indicadas, é melhor apresentá-la simplesmente como o problema de quais propriedades ou relações discerníveis *a priori* são assim elegíveis. O que supostamente cria o problema são as grandes disparidades que existem entre as pessoas no que diz respeito à sua capacidade, como um resultado de treinamento e habilidade intelectual básica, de alcançar tais *insights a priori*. E o problema então é que *insights* são internisticamente admissíveis.

A minha resposta a esse suposto problema é simplesmente que não consigo ver por que há algum problema aqui afinal. Parece óbvio que a resposta deveria ser que um *insight* particular *a priori* pode desempenhar um papel nas justificações ou razões internistas de uma dada pessoa apenas no caso em que essa pessoa é capaz de compreendê-lo ou apreendê-lo. As relações lógicas que são demasiado complicadas ou sutis para eu aprender não podem contribuir para a *minha* justificação de minhas crenças, mas caso você possa apreendê-las, elas podem desempenhar perfeitamente bem um papel em *sua* justificação. Como diz Goldman, isso significa que “duas pessoas precisamente no mesmo estado indiciário (em termos de situação perceptiva, crenças de fundo, e assim por diante) poderiam ter permissões epistêmicas diferentes” (p. 286), isto é, poderiam diferir naquelas crenças que são justificadas

²¹ Poderia, contudo, parecer haver uma questão de quanto tempo uma pessoa levaria para alcançar *insights a priori* de vários tipos ou mesmo argumentos justificativos resultantes, mas é difícil ver a importância disso. O internista diria simplesmente que a justificação pode resultar apenas daquelas conexões lógicas ou probabilísticas que foram efetivamente reconhecidas – embora tenhamos de adicionar que tal reconhecimento possa ser mais ou menos preciso e explícito, podendo a força da razão resultante variar de acordo com isso. Se alguém demora mais e, com isso, alcança uma cogente, embora complicada, então, na medida em que essa razão é adequadamente apreendida por fim, não há razão aparente pela qual um internista devesse excluí-la com base no tempo que levou.

para eles. Mas é difícil ver por que alguém deveria achar isso surpreendente ou objetável de todo.

A quinta e última das questões que pretendo considerar aqui tem a ver com a acessibilidade aos princípios epistêmicos que subjazem às supostas razões internistas a agentes epistêmicos ingênuos ou comuns. Goldman argumenta, embora não exatamente desse modo, que tais princípios deveriam ser vistos como partes essenciais das razões em questão, de modo que eles teriam de ser acessíveis, presumivelmente em bases *a priori*, a partir da perspectiva epistêmica em primeira pessoa se tais razões têm de ser internisticamente aceitáveis. Inclino-me a concordar. E o seu argumento adicional de acordo com essa base é que a maioria ou todos os agentes epistêmicos, e de fato, pelo menos alguns epistemólogos, não são capazes de formular e reconhecer tais princípios. Do modo como ele formula a tese básica internista, isso significa que tais princípios não são elegíveis como componentes de razões ou justificações internistas a qualquer um, conduzindo assim ao “completo ceticismo” (pp. 287-8).

Esse é o mais sério dos problemas que Goldman levanta e o mais difícil de tratar num curto espaço. Mas podemos ver imediatamente que algo está errado com a sua formulação da questão se perguntarmos por que um princípio epistêmico que seja genuinamente auto-evidente de um ponto de vista *a priori* para um agente epistêmico deveria ser considerado inelegível para contribuir para a razão ou justificação da crença do agente só porque acontece dele ser demasiado complicado ou sutil de ser discernível por outros agentes epistêmicos menos sofisticados. Certamente que a coisa certa a se dizer aqui é que os princípios epistêmicos que contribuem para as razões ou justificações de um agente têm de estar disponíveis a qualquer momento é necessário *àquele agente*. Isso certamente significará que a acessibilidade de tais razões variará de um agente a outro, embora eu não consiga ver que haja algo de implausível sobre tal resultado.

A segunda coisa a dizer sobre esse problema é que a disponibilidade pode ser uma questão de grau, não exigindo a capacidade de formulação explícita de todos os graus de disponibilidade. Aqui a situação é bastante paralela à situação dos princípios lógicos. Os agentes ingênuos comuns provavelmente não conseguem formular explicitamente um princípio como o *modus ponens*, mas podem não obstante ser capazes, após sua formulação e explicação, de reconhecê-lo como o princípio que estavam seguindo. E algo análogo pode muito bem acontecer com vários princípios epistêmicos, embora o grau ao qual um princípio será

plausível variará amplamente de caso para caso. Tanto esse ponto quanto o anterior significarão que o grau ao qual várias crenças são justificadas de um ponto de vista internista provavelmente variará de pessoa a pessoa, mas uma vez que a questão de quem balança a bandeira do conhecimento é posta de lado como desinteressante, como acredito que deva ser, é difícil ver que há algo de alarmante ou mesmo particularmente surpreendente em tal resultado.

A última coisa que quero dizer nessa ocasião sobre essa última questão é que, embora seja relevante para a avaliação das perspectivas internistas particulares, ela não constitui qualquer objeção real ao internismo. Se um internista chega a uma abordagem de outra forma plausível da justificação de um tipo particular de crença, mas que depende de um princípio que não seja plausivelmente um princípio que as pessoas comuns sequer estejam cientes, então essa abordagem da justificação não terá qualquer relevância ao problema de se a crença ou crenças em questão são justificadas a eles – embora pudesse ainda ser de grande interesse enquanto abordagem de como a crença ou crenças em questão poderiam estar justificadas para aqueles que venham a reconhecer o princípio em questão. Não penso que Goldman esteja correto de que todas as abordagens internistas da justificação dos principais tipos de crenças que o senso comum considera como justificadas ou razoáveis terão de rejeitar esse estatuto; mas, caso o façam, esse seria simplesmente um resultado filosófico a ser respeitado como qualquer outro. Se tal resultado parece implausível, como acredito que seja, é porque, concedo, todos nós acreditamos que temos boas razões para as nossas crenças sobre o mundo, e não porque acreditamos que estejam justificadas de uma maneira não específica que não precise envolver a posse de tais razões.

§3- Há uma controvérsia genuína?

Tendo dito tudo isso em explanação da posição internista e em sua defesa contra as objeções de Goldman, darei um pequeno passo atrás e perguntarei se a disputa entre internismo e externismo é de fato tão claramente definida quanto ainda muito comumente se considera. Uma razão para se duvidar se isso é assim é o caráter aparentemente intratável da disputa, pouco comum até para uma questão filosófica, na qual as partes opostas não apenas não conseguem chegar a um acordo mas frequentemente tem bastante dificuldade em concordar até sobre aquilo que conta como uma boa razão para um lado ou para o outro.

Outra razão é a maneira pela qual a controvérsia é comumente formulada: como uma disputa sobre a abordagem ou análise correta da suposta propriedade da *justificação epistêmica*. Mas que propriedade exatamente é essa? O termo é obviamente um termo técnico, não claramente presente no senso comum, e vale a pena perguntar se há algum modo de se especificar o seu suposto significado que seja neutro o bastante aos dois lados opostos para fornecer um alvo claro para a disputa. A resposta mais comum aqui é aquela brevemente já aludida anteriormente. A justificação epistêmica é supostamente uma das exigências para o *conhecimento*: a que precisa ser adicionada à crença, à verdade, e à satisfação de uma condição anti-Gettier.

Mas esse modo de se especificar o conceito alvo funcionará apenas se houver um conceito claro e inequívoco do próprio conhecimento, algo que me parece cada vez mais duvidoso. Alguns epistemólogos têm de fato sugerido que há pelo menos dois conceitos bastantes diferentes de conhecimento, um pelo menos predominantemente externista em caráter e um predominantemente internista em caráter,²² uma sugestão que me parece plausível, mas ainda bastante restrita. E se algo assim é o caso, então um apelo ao conceito de conhecimento obviamente não servirá para apanhar o conceito único de justificação epistêmica sobre o qual internistas e externistas supostamente estão em desacordo.

De fato, dado o caráter intelectual do termo “justificação epistêmica”, não poderia ser o caso de simplesmente haver conceitos diferentes e incomensuráveis de justificação epistêmica, um (ou mais?) deles internista e um (ou mais?) deles externista – deixando pouco claro em que sentido eles competem numa escolha? Mesmo um internista de carteirinha com eu pode reconhecer que há questões importantes e claramente epistemológicas para as quais uma abordagem predominantemente externista pareça completamente apropriada e talvez mesmo preferível. A maioria dessas questões enquadra-se naquilo que Philip Kitcher rotulou apropriadamente “o projeto epistemológico aperfeiçoador”,²³ isto é, o projeto geral de avaliação e aperfeiçoamento da fiabilidade dos esforços cognitivos humanos num sentido amplamente empírico.²⁴ Nem me parece que qualquer externista razoável devesse se indispor

²² Para versões de tal perspectiva, veja Mackie 1976, pp. 217-220, e Sosa 1991, p. 240 (e alhures no mesmo volume).

²³ Em Kitcher 1992, pp. 64-65.

²⁴ Goldman, no artigo discutido acima, descreve em algum detalhe uma investigação desse tipo geral: uma investigação psicológica das diferenças fenomenológicas (embora ele não use esse termo) entre memórias aparentes de percepções que genuinamente refletem percepções prévias e aquelas que são meramente produtos da imaginação, sendo a primeira obviamente mais fiável no que diz respeito à verdade das afirmações resultantes

a reconhecer o valor e a importância dos tipos de considerações epistêmicas pelas quais se interessa o internista.

A versão mais explícita e desenvolvida do tipo geral de perspectiva que estou sugerindo aqui é a defendida por Alston em seu livro recente *Beyond "Justification"*.²⁵ Embora Alston certamente não negue que os epistemólogos pudessem estipular vários sentidos para o termo "justificação", criando com isso conceitos de justificação que pudessem talvez ser úteis a vários propósitos, ele nega completamente que (fora tais estipulações) haja qualquer "estatuto ou propriedade objetivos das crenças apanhados por 'justificado'." (p. 27). E a implicação, uma vez que internistas e externistas claramente não estão disputando o conteúdo de conceitos de justificação meramente estipulados, é que não há na verdade qualquer questão genuína em disputa entre eles. A alternativa de Alston ao que ele chama de abordagem dos "desiderata epistêmicos" à epistemologia, na qual há muitas qualidades epistêmicas diferentes que uma crença pode ter, incluindo aproximadamente pelo menos aquelas refletidas em ambas as perspectivas, internista e externista. Todos esses "desiderata" são epistemicamente valiosos; e, embora haja conexões interessantes entre eles, não há um objetivo real ao se argumentar a favor de um foco exclusivo ou mesmo primário de alguns deles como opostos aos outros. Se Alston estiver correto, a disputa internismo-externismo, em nome da qual muita tinta tem sido desperdiçada, evapora-se completamente.

Embora não haja espaço aqui para considerar os detalhes de seu argumento, a minha própria opinião é que Alston está de fato correto em grande parte: primeiro, em sua alegação de que simplesmente não há uma concepção unívoca, não estipulativa, de justificação epistêmica que seja objeto de disputa; segundo, em sua sugestão de que há muitos valores epistêmicos diferentes dentre os quais não há necessidade de escolher. Em particular, há muitos tipos diferentes de questões epistemológicas, incluindo muitas que naturalmente são abordadas a

sobre as coisas que alegadamente foram percebidas. As memórias genuínas de percepção prévia mostram-se, como foi reportado, mais ricas em informação sobre as propriedades percebidas como cor e som, mais ricas em informação contextual sobre o instante e o lugar em questão, e mais detalhadas, ao passo que as memórias espúrias que resultam da imaginação tendem a ser mais empobrecidas nesses aspectos, embora contenham muito mais informação sobre as operações cognitivas da pessoa em questão (pp. 290-291). Temos aqui uma investigação de uma perspectiva externa, em terceira pessoa, que produz resultados que poderiam claramente ser valiosos, por exemplo, na avaliação da fiabilidade do testemunho em vários contextos e que uma pessoa que tivesse familiaridade com eles poderia também aplicar na avaliação de suas próprias memórias aparentes. E *poderia* talvez se útil, embora dificilmente essencial, na formulação desses resultados dizendo que as crenças mnemônicas que satisfazem os critérios para serem genuínas são justificadas num sentido externista, ou mais especificamente, fiabilista.

²⁵ Alston 2005. As referências entre parêntesis nesta seção são das páginas desse livro.

partir de um ponto de vista da terceira pessoa, externista, junto com algumas que são mais naturalmente vistas como questões internistas. O que é mais infeliz dessa perspectiva é a tendência de cada lado da disputa internista-externista de reivindicar a posse exclusiva do campo da epistemologia.²⁶ Repetindo Alston (e, certamente, o Presidente Mao), por que não deixar as flores epistemológicas desabrocharem?

Tendo sido reconciliador nesse ponto, quero, porém, insistir que há um sentido claro no qual uma abordagem internista, além de ser intelectualmente legítima por si própria, tem um tipo fundamental de prioridade para a epistemologia como um todo. (É por isso que disse apenas que Alston estava “em grande parte” correto). Não importa quanto trabalho possa ser feito no delineamento das concepções externistas do conhecimento, da justificação ou da fiabilidade e na investigação de como eles se aplicam a vários tipos de crenças ou áreas de investigação, há um sentido no qual todos esses resultados são meramente hipotéticos e inseguros na medida em que não podem ser alcançados a partir de recursos disponíveis de uma perspectiva epistêmica em primeira pessoa. Se, por exemplo, um epistemólogo afirma que certa crença ou conjunto de crenças, sejam suas ou de alguém mais, foi alcançado de maneira fiável, mas o diz com base em seus próprios processos cognitivos cuja fiabilidade é para ele meramente um fato externo ao qual ele não tem acesso em primeira pessoa, então a sua conclusão apropriada é meramente a de que a crença ou crenças originalmente em questão são alcançadas de maneira fiável (e talvez por isso são justificadas ou constituem conhecimento nos sentidos externista) *se* os próprios processos cognitivos do epistemólogo são fiáveis no sentido de que ele acredita que são. A única maneira aparente de alcançar um resultado que não seja em última instância hipotético nesse sentido é a fiabilidade de pelo menos alguns processos poderem ser estabelecidos com base naquilo que o epistemólogo pode saber direta ou imediatamente de sua perspectiva epistêmica em primeira pessoa. (O problema do regresso epistêmico nos espreita aqui).

E é por isso que o internismo é indispensável à epistemologia como um todo, ainda que não seja a melhor maneira de se abordar todos os problemas epistemológicos. Embora haja muitos outros problemas e questões legítimos, apenas uma abordagem internista funcionará em última instância quando, parafraseando agora o Bispo Butler, “Eu descansar num período de frescor” e indagar se em última instância tenho quaisquer boas razões para pensar que minhas

²⁶ Uma tendência que me parece (embora talvez eu esteja sendo tendencioso) ter sido manifestada mais fortemente por aqueles de persuasão externista (junto daqueles de persuasão naturalista).

crenças são verdadeiras – ou se de fato tenho quaisquer boas razões para pensar que são obtidas de maneira fiável.

Bibliografia

- Alston, W. (2005) *Beyond “Justification”: Dimensions of Epistemic Evaluation* (Ithaca, NY: Cornell University Press).
- Bergmann, M. (1997) “Internalism, Externalism and the No-defeater Condition,” *Synthese* 110, 399–417.
- BonJour, L. (2001) “The Indispensability of Internalism,” *Philosophical Topics* 29, 47–65.
- BonJour, L. (2002) “Internalism and Externalism,” in *The Oxford Handbook of Epistemology*, ed. P. Moser (Oxford: Oxford University Press), 234–63.
- BonJour, L. (2006) “Kornblith on Knowledge and Epistemology,” *Philosophical Studies* 127, 317–35.
- Conee, E. and Feldman, R. (2004) *Evidentialism* (Oxford: Oxford University Press).
- Fumerton, R. (1995) *Metaepistemology and Skepticism* (Lanham, MD: Rowman and Littlefield).
- Goldman, A. (1986) *Epistemology and Cognition* (Cambridge, MA: Harvard University Press).
- Goldman, A. (1999) “Internalism Exposed,” *The Journal of Philosophy* 96, 271–93.
- Kitcher, P. (1992) “The Naturalists Return,” *Philosophical Review* 101.
- Kornblith, H. (2002) *Knowledge and Its Place in Nature* (Oxford: Oxford University Press).
- Mackie, J. L. (1976) *Problems from Locke* (Oxford: Oxford University Press).
- Moore, G. E. (1922) *Philosophical Studies* (London: Routledge and Kegan Paul).
- Plantinga, A. (1993) *Warrant: The Current Debate* (Oxford: Oxford University Press).
- Sosa, E. (1991) *Knowledge in Perspective* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Steup, M. (1996) *An Introduction to Contemporary Epistemology* (Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall).